

**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO**

**Local: Ministério do Trabalho e Emprego
Esplanada dos Ministérios, Bloco F**

Data: 12 de março de 2013

II REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2013

Ata

1 No dia 12 de março de 2013, no Edifício-Sede do Ministério do Trabalho e Emprego,
2 sito à Esplanada dos Ministérios, Bloco F, em Brasília, no Distrito Federal, reuniu-se o
3 Conselho Nacional de Imigração, em sua II Reunião Ordinária do ano. A reunião foi
4 presidida pelo Sr. Paulo Sérgio de Almeida (MTE), Presidente do Conselho, e teve a
5 presença dos Conselheiros: Sr. Rinaldo Gonçalves de Almeida, do Ministério do
6 Trabalho e Emprego (MTE); Sra. Izaura Maria Soares Miranda, do Ministério da
7 Justiça (MJ); Min. Rodrigo do Amaral Souza, do Ministério das Relações Exteriores
8 (MRE); Sr. Osório Vilela Filho, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
9 (MAPA); Sra. Lídia Miranda de Lima, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
10 (MCTI); Sr. Odilon dos Santos Braga, da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras
11 do Brasil (CTB); Sr. Vitor Luiz Silva Carvalho, da Central Única dos Trabalhadores
12 (CUT); Sr. Elias Ferreira, da Força Sindical (FS); Sr. Valdir Vicente de Barros, da
13 União Geral dos Trabalhadores (UGT); Sra. Débora Cheyne Prates, da Central Geral
14 dos Trabalhadores do Brasil (CGTB); Sra. Regiane Ataíde Costa, da Confederação
15 Nacional da Indústria (CNI); Sra. Marjolaine Bernadete Julliard Tavares do Canto, da
16 Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC); Sr.
17 Jovenilson Alves de Souza, da Confederação Nacional do Transporte (CNT); e Sra.
18 Marilena Moraes Barbosa Funari, da Confederação Nacional das Instituições
19 Financeiras (CNF); dos observadores: Sr. Duval Magalhães Fernandes, da Comissão
20 Nacional para População e Desenvolvimento (CNPD); Sr. Jorge Peraza, da
21 Organização Internacional para as Migrações (OIM); Sr. Eduardo Basso, da Secretaria
22 de Políticas de Previdência Social (SPPS/MPS); Sra. Alessandra Raymundo Monteiro,
23 da Defensoria Pública da União (DPU); Sr. Cristiano Soares Barroso Maia, da
24 Advocacia Geral da União (AGU); e Sra. Alessandra Lustosa Barros (ABIN); dos
25 servidores da Secretaria do Conselho Nacional de Imigração: Sr. Aldo Costa Candido
26 Filho; e Sra. Ana Paula Santos da Silva; e dos convidados: Sr. Marcelo Aguiar Cerri;
27 Sr. Stefano Romero da Silva Nunes; Sra. Rosane Mendonça, da Secretaria de
28 Assuntos Estratégicos (SAE/PR); Sr. Silvano Junior Veloso de Matos, da Defensoria
29 Pública da União (DPU); Sr. João Guilherme, do Ministério da Justiça (MJ); e Dr.
30 Ricardo Paes de Barros, da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE/PR);
31 justificadas as ausências dos Conselheiros:

32 **Abertura** – O Presidente Paulo Sérgio deu início à reunião, saudando os presentes e
33 proferindo os informes da Presidência, conforme resumido a seguir. O Presidente
34 Paulo Sérgio informou que em decorrência da proximidade das duas primeiras
35 reuniões do ano, a ata da I Reunião Ordinária do CNIG ainda não estava pronta para
36 ser submetida a aprovação do plenário, encontrando-se ainda em fase de revisão;
37 pediu aos Conselheiros que as correções ou ajustes nas atas sejam encaminhadas via

38 e-mail, após o recebimento das mesmas, caso seja questão de forma, sem que haja
39 alteração do conteúdo em si das atas, as alterações poderiam ser feitas após a
40 aprovação das respectivas atas. O Ministro Rodrigo do Amaral sugeriu que ele levasse
41 a ata da reunião de novembro ao Ministro Antônio Tabajara e ao Secretário Victor
42 Kaminsky para que a apreciassem visto que há muitos comentários dos dois. **2.**
43 **Aprovação da Agenda Provisória** – O plenário decidiu, por consenso, aprovar a
44 agenda da presente reunião, que consiste nos seguintes itens: 1. *Abertura*; 2.
45 *Aprovação da Agenda Provisória*; 3. *Aprovação das atas da IX e X Reuniões*
46 *Ordinárias do CNlg de 2012*; 4. *Painel: “Revisão do Marco Regulatório sobre vistos de*
47 *trabalho a profissionais estrangeiros no Brasil”*; 5. *Relato do GT: “Análise do ingresso*
48 *de haitianos no Brasil”*; 6. *Revisão da RN 82 – Pesquisador/Cientista Estrangeiro*; 7.
49 *Assuntos diversos: a) interpretação da Resolução Normativa que trata da vinda de*
50 *profissionais para preparação dos grandes eventos*; 8. *Processos a serem relatados.*
51 **3. Aprovação das atas da IX e X Reuniões Ordinárias do CNlg de 2012** – O
52 Presidente Paulo Sérgio perguntou se algum Conselheiro tinha alguma ponderação a
53 fazer sobre as atas. Considerando que não foi realizada nenhuma observação de
54 imediato, solicitou-se que qualquer colocação posterior poderá ser encaminhada no
55 prazo de uma semana. As atas da IX e X Reuniões Ordinárias do CNlg foram
56 aprovadas. **4. Painel: “Revisão do Marco Regulatório sobre vistos de trabalho a**
57 **profissionais estrangeiros no Brasil”** – O Presidente Paulo Sérgio introduziu o tema
58 dizendo que o painel faz parte das atividades da recém-criada comissão que visa
59 estudar o sistema brasileiro de imigração laboral qualificada no sentido de verificar a
60 possibilidade de mudança no sistema. Ele agradeceu a presença do Dr. Ricardo
61 Barros da Secretaria de Assuntos Estratégicos, que fez a apresentação dos estudos
62 realizados pela SAE conforme resumo a seguir. O Dr. Ricardo Barros iniciou sua
63 apresentação com alguns dados referentes ao histórico brasileiro de população
64 imigrante, em 1900, 7,3% da população era formada por imigrante, hoje o país possui
65 0,3% de imigrantes, o que não é típico do resto dos países do mundo como Nova
66 Zelândia, Austrália e Canadá que possuem 22% da população constituída de
67 imigrantes e os EUA com 14%; outro dado comparativo é que 36% da população de
68 imigrantes brasileira têm 65 anos ou mais, enquanto que a média mundial é de 12%, a
69 taxa de circulação de cérebros no país é 70 vezes menor do que a Austrália. Essa
70 baixa circulação pode trazer consequências negativas para o desenvolvimento
71 brasileiro e adoção de novas tecnologias bem como inovação. Segundo o Dr. Ricardo,
72 não adianta o Brasil evoluir na política migratória se o país não for atrativo e as
73 pessoas não quiserem vir, ainda há estereótipos relacionados à violência e pouco
74 trabalho, é necessário informar as pessoas sobre como realmente é. No índice de
75 atratividade o Brasil está em 27º perdendo inclusive para o Chile; ainda há uma
76 imagem burocrática, pois o processo de vinda é muito penoso, caro e demorado, o
77 que também não reflete a realidade. Em relação à disponibilidade de mão de obra, o
78 Brasil está colocado na 25ª posição, muito abaixo do que o México ou Argentina. O
79 país é visto local que tem pouca mão de obra qualificada. Esclareceu que a mão de
80 obra nacional em relação à mão de obra imigrante tem melhorado. As vantagens para
81 o país de ser “mentalmente” mais aberto é ampliar a oferta de mão de obra qualificada
82 eliminando gargalos e permitindo a ampliação da produção; elevar a produtividade dos
83 fatores complementares; facilitação de incorporação de novas tecnologias e
84 inovações; promoção da diversidade e meritocracia, transformando a diversidade num
85 grande ativo para o Brasil; facilitar a inserção do Brasil no mercado global, entendendo

86 melhor as necessidades da economia mundial; a criação de soluções para problemas
87 tecnológicos a partir de visões diferentes. A SAE vem trabalhando para diagnosticar a
88 situação migratória brasileira de maneira que todos a entendam e tenham
89 informações. Tem feito também uma pesquisa de opinião, juntamente com a CNI,
90 sobre a experiência de empresas estrangeiras e brasileiras para contratação de mão
91 de obra estrangeira. Em termos de diagnóstico o estudo cobre cinco áreas: o porquê
92 de o Brasil querer mais imigrantes; atratividade do país; análise mundial dos
93 migrantes; maneiras de tornar o país mais atraente, no que cabe à política de
94 imigração; melhorar procedimento de concessão de vistos. A pesquisa de opinião
95 sobre a experiência de empresas brasileiras e estrangeiras está sendo feita com 1.200
96 entidades, a pesquisa foi decomposta em 16 etapas, lembrando que a opinião das
97 empresas pode não ser a correta uma vez que pode ocorrer más informações sobre
98 algum aspecto. A SAE está pensando em algumas propostas de mudanças na
99 legislação migratória brasileira trabalhando em duas áreas: aumentar o leque de
100 oportunidades e canais que o imigrante possa utilizar; simplificação do processo,
101 garantindo direitos e facilitando a plena integração social e econômica. O Canadá, por
102 exemplo, é avaliado pelo número de imigrantes que traz e pela capacidade de integrar
103 o imigrante. O Dr. Ricardo Barros ressaltou que a premissa básica que a imigração de
104 trabalhador qualificado para o Brasil só pode acontecer respeitada a não
105 disponibilidade de mão de obra correspondente no Brasil e exemplificou com algumas
106 sugestões. A primeira delas é que é preciso aumentar a mobilidade ocupacional do
107 trabalhador dentro da empresa ou permitir a mudança para outra. Uma das maneiras
108 de fazer essa flexibilização é certificar a empresa para que ela contrate, após busca
109 exaustiva no país, estrangeiro e que depois haja uma avaliação para ver se a empresa
110 agiu corretamente, não estando de acordo com a legislação a empresa arcará com as
111 consequências disso. Outra sugestão é facilitar o trabalho de familiares. Uma questão
112 de trabalho da SAE é aproveitar a produção brasileira, o estudante que fizer um curso
113 de longa duração ter permissão para trabalhar no país. O Presidente Paulo Sérgio
114 agradeceu a apresentação do Dr. Ricardo Barros, dizendo que a SAE traz informações
115 interessantes e que a abordagem que ela traz ligada à atratividade do país e aos
116 processos que fazem os países mais atrativos para os profissionais estão de acordo
117 com o que o Conselho pensa. Sobre o histórico, comentou que o país passou muito
118 tempo fechado, nunca atraindo imigrantes e os ligando a problemas econômicos, tais
119 como mão de obra para lavoura de café e colonização do sul do país. Posteriormente,
120 houve uma diminuição da mobilidade das pessoas por conta da Segunda Guerra
121 Mundial, sendo que o Brasil não entrou na questão de acolhimento de refugiados de
122 guerra e ainda, com o processo de ditadura de 64 em que o imigrante era visto como
123 uma pessoa indesejável com novas ideias que poderiam ameaçar o regime. Sendo um
124 país continental também traz peculiaridades ao caso brasileiro, em determinado
125 momento o país enfrentou grave problema de reservas internacionais e foi necessário
126 diminuir a dependência externa, o que trouxe impactos no sentido de diminuir a
127 circulação e mobilidade de pessoas. O surgimento do CNIg foi um processo
128 interessante porque foi moldando-se às novas realidades. No início, o Conselho era
129 apenas estatal, depois começa a ter a participação da sociedade civil, quando o
130 processo migratório foi visto sob o viés do trabalho, contando também com a
131 participação também dos empresários e trabalhadores. O Presidente explicou que o
132 Conselho trabalha dentro das necessidades do país, criando mecanismos e normas
133 complementares à lei que alargam as possibilidades migratórias, sem ultrapassar a lei,

134 pois a legislação ainda é da época da ditadura. Ele informou ao Dr. Ricardo Barros
135 que, em conversa com empresários, além de aprimoramento na política de imigração,
136 questões como a tributária e validação de diploma são fatores negativos e que
137 dificultam a contratação de mão de obra estrangeira. O Dr. Ricardo comentou que o
138 país manda estudantes para fora e não reconhece os diplomas dos mesmos lugares,
139 que deveria haver uma reciprocidade. O Presidente Paulo Sérgio reforçou a
140 importância de um trabalho conjunto da Comissão e da SAE, para troca permanente
141 de informações de modo que o Conselho possa tomar decisões, até mesmo antes da
142 conclusão dos trabalhos da Comissão. Intervenções dos participantes. O Ministro
143 Rodrigo do Amaral frisou a importância de que haja uma articulação entre os trabalhos
144 da Comissão Especial do CNIg e o estudo que vem sendo realizado pela SAE;
145 perguntou também acerca da origem mais detalhada e especificada do estudo e qual a
146 previsão de conclusão dos estudos, bem como se serão distribuídos. O Dr. Ricardo
147 Barros informou que planeja disponibilizar o estudo para toda a sociedade; contudo,
148 antes que isso aconteça, a SAE irá submeter a um debate no âmbito de todas as
149 organizações envolvidas na questão migratória; sobre a origem, informou que a
150 questão migratória é tratada como uma questão estratégica e a pesquisa com o CNI
151 surgiu da necessidade de mais informações pelo ponto de vista dos empresários. O
152 Conselheiro Odilon Braga agradeceu a presença e a exposição da SAE, solicitando
153 uma cópia completa do estudo para que pudesse apresentar críticas mais
154 aprofundadas; sugeriu também que a força de trabalho seja ouvida, não apenas os
155 empresários; perguntou também acerca da parametrização apresentada, segundo ele,
156 é necessário ver qual o período e critério utilizados, pois as estatísticas reais podem
157 ser outras. A Conselheira Lídia Miranda ressaltou que uma das possibilidades de
158 facilitação do visto seria, no caso do MCTI no que se refere à autorização de
159 estrangeiros em projetos de pesquisas no Brasil, considerando, ainda, que muitas
160 vezes há interesse das instituições brasileiras em manter esses estrangeiros aqui, de
161 se pensar numa modificação no projeto de lei que está tramitando no Congresso para
162 permitir a transformação do visto de pesquisa em visto de trabalho ou permanência
163 dependendo do caso. O Conselheiro Valdir Vicente parabenizou a exposição, disse
164 que a legislação brasileira tolhe o CNIg em alguns pontos, como no trabalho de
165 familiares, sugerindo que talvez a SAE deva recomendar a Presidência a pressionar o
166 Congresso para que essas alterações saiam; quanto à pesquisa, o Conselheiro disse
167 que situações como a de Macaé, que possui elevado número de estrangeiros, também
168 deveriam ser refletidas nas pesquisas. O Conselheiro Vitor Luiz sugeriu que estivesse
169 presente no estudo questões como: setores que precisam de inovação tecnológica;
170 setores que têm déficit de mão de obra qualificada. O Conselheiro ainda pediu
171 informações sobre o Global Index, informando que o movimento sindical tem um
172 organismo que faz pesquisa, o DIEESE, e que fosse convidada para apresentar e
173 fazer uma correlação com os índices que essa outra instituição apresenta; ele
174 informou que quanto ao setor petrolífero ao qual pertence, não há demanda pelos
175 cargos mais baixos, contudo para os mais altos sim, que essa abertura precisa ser
176 acompanhada de perto, que não se abrirá mão da garantia. Por fim, disse que há de
177 se preocupar também porque o país está formando cérebros através de bolsas de
178 estudos de diversas naturezas, inclusive com o PROUNI, é necessário que se pense
179 no mercado brasileiro futuro para que essas pessoas que estão sendo qualificadas
180 tenham campo para disputar aqui. O Conselheiro Rinaldo ratificou a posição de que
181 não adianta fazer as mudanças institucionais necessárias se não trabalhar a

182 percepção das pessoas que possam se interessar em vir para o Brasil; perguntou qual
183 o conceito que a SAE está utilizando para mão de obra qualificada; exemplificou ainda
184 que a transferência de conhecimentos nem sempre é fácil de reconhecer, até mesmo
185 para fiscalização é complicado; para finalizar, falou sobre a importância da fiscalização
186 como aliada a coibir um mau uso da vinda dos estrangeiros e sobre desenhar
187 procedimentos que ajudem a própria fiscalização a fazer isso. O Sr. João Guilherme
188 disse que o Ministério da Justiça está reconfigurando internamente para pensar em
189 como expandir ações que garantam direitos que a Constituição assegura. A
190 Conselheira Regiane informou que a CNI está sempre à disposição para ajudar nos
191 trabalhos e que a própria fará uma pesquisa mais objetiva; perguntou qual o
192 posicionamento da SAE quanto às propostas do PL 5.655 de 2009 e ratificou o que o
193 Presidente colocou que o Conselho trabalha a fim de adequar e atualizar o que é
194 possível dentro da legalidade de acordo com as necessidades do país. A Conselheira
195 Débora Prates discorda do ponto de vista da diversidade cultural, pois o Brasil já
196 possui uma diversidade cultural muito forte que absorveu e absorve influências das
197 demais regiões e outras culturas, que o país deveria tratar a própria diversidade como
198 uma política pública; em relação a trazer a responsabilidade de fiscalizar a vinda do
199 estrangeiro ela acha que pode ter uma sobrecarga no que já se tem dificuldade. A
200 Conselheira Marjolaine opinou que o momento é oportuno para fazer a junção
201 entre a SAE e o CNIg, a quem é dada a atribuição de fazer políticas migratórias, ela
202 acha que o CNIg deve ser mantido o mais liberto possível, pois mesmo a nova lei está
203 sujeita a ficar defasada. O Dr. Ricardo Barros sanou alguns questionamentos dos
204 Conselheiros. Ele informou que o objetivo do relatório produzido pelo corpo acadêmico
205 é permitir que toda a sociedade brasileira entenda como é a questão migratória no
206 Brasil, é um relatório com o objetivo de diagnóstico, não propositivo. Sobre o projeto
207 de lei, informa que ainda não têm pressa para que saia, visto que não chegaram a
208 pleno acordo sobre as modificações, ainda é objeto de estudo. Explicitou que a
209 intenção é ter uma política migratória menos seletiva comparativamente com países
210 como Canadá ou EUA, na qual um trabalhador qualificado é aquele que a empresa
211 precisa e não é encontrada no país. A visão da SAE é que o Brasil está caminhando
212 para um país com leis e capacidade de fiscalização adequada, portanto, não se deve
213 ter medo da imigração. Todo país precisa ser arejado e ter intercâmbio, mesmo que
214 possua o que é necessário aqui, situação facilmente observada na área da ciência.
215 Em relação à pesquisa informou que tem o propósito de identificar as dificuldades que
216 o setor de RH das empresas enfrentam, mas que vai levar ao Ministro a ideia de fazer
217 outra pesquisa com o DIEESE. O Presidente Paulo Sérgio agradeceu ao Dr. Ricardo
218 Barros, indicando sua satisfação com o debate ocorrido e disse que o CNIg está à
219 disposição para trabalhar conjuntamente com a SAE e pediu que, se fosse possível,
220 um representante da SAE pudesse acompanhar as reuniões da Comissão Especial.
221 Relato da Comissão. O Presidente Paulo Sérgio informou que dada à importância da
222 Comissão, foi proposto que ela fosse criada por meio de resolução administrativa, com
223 coordenação conjunta do MTE, MRE e MJ, com prazo até dia 30 de junho de 2013
224 para apresentação de relatório, o molde de funcionamento será através de reuniões
225 temáticas, com a possibilidade de que todos os Conselheiros possam participar. No
226 dia 15 de maio deverá acontecer uma reunião com a CNF, além de reuniões bilaterais
227 como foi a do MCTI e que deverá acontecer também com o MDIC. A intenção é que
228 eventualmente haja apresentações e participações de instituições que possuam
229 estudos sobre a questão migratória como, por exemplo, a Fundação Getúlio Vargas

230 que provavelmente estará presente na próxima reunião. A Comissão irá tratar de todos
231 os segmentos, até mesmo questões específicas. Sobre o conteúdo da Comissão,
232 propõem-se debater com amplitude. Algumas questões poderão ser revistas durante o
233 processo como, por exemplo, a questão da exigência de salário presente na RN 74,
234 questão da data de assinatura das carteiras de trabalho e, neste sentido, a Comissão
235 entendeu que é necessário abrir a revisão da RN 74. Outros pontos de discussão
236 foram: a possibilidade de expedição de visto diretamente pelos consulados para
237 assistência técnica de até 90 dias; ou mesmo vistos permanentes emitidos nos
238 consulados para profissionais de alta qualificação; criação de mecanismos tração dos
239 brasileiros qualificados que estão no exterior; mapeamento do mercado de trabalho
240 para detectar profissionais que se encaixem na demanda; além da questão do
241 “summer job” que já é uma demanda real. O Itamaraty se comprometeu a fazer um
242 levantamento em várias embaixadas sobre o sistema de visto para trabalho em
243 diversos países. Duas reuniões da Comissão deverão ser marcadas antes da próxima
244 reunião do CNIG para ganhar velocidade no debate. Intervenções dos participantes. O
245 Conselheiro Osório Vilela perguntou se não seria conveniente explicitar a participação
246 da SAE na resolução administrativa, o Presidente Paulo Sérgio respondeu que seria
247 melhor deixar aberto para que outras instituições possam participar também. Os
248 Conselheiros Valdir Vicente e Lídia Miranda expressaram apoio à criação da
249 Comissão via resolução administrativa, a Conselheira Lídia Miranda ainda sugeriu
250 acrescentar ao texto do art. 2º da resolução ficando “A Comissão será composta por
251 Conselheiros Titulares ou Suplentes, sendo admitida a participação de observadores
252 indicados pelas respectivas bancadas de governo, de trabalhadores, de empregadores
253 e da sociedade civil” e no art. 3º sugeriu que a redação ficasse “A Comissão
254 funcionará até o dia 30 de junho de 2013, prazo limite para elaborar o relatório
255 conclusivo sobre os resultados dos estudos promovidos e das propostas a serem
256 submetidas à apreciação do colegiado”. Deliberações. Aprovou-se a resolução
257 administrativa que cria a Comissão Especial para Estudo do Sistema Brasileiro de
258 Imigração Laboral Qualificada. **5. Relato do GT: “Análise do ingresso de haitianos
259 no Brasil”** – O Min. Rodrigo do Amaral procedeu com o relato da reunião do GT,
260 conforme resumo a seguir. O Min. Rodrigo do Amaral informou que não houve
261 mudança significativa no quadro de haitianos a não ser pela diversificação de rotas de
262 entrada, além das rotas tradicionais por Tabatinga e Brasília. O número de haitianos
263 provenientes de outros países sul-americanos tem aumentado, atualmente haveria,
264 segundo a ABIN, 400 a 600 haitianos em Brasília, totalizando mais de 10 mil
265 haitianos no Brasil que teriam ingressado desde 2010. A colocação no mercado de
266 trabalho estaria cada vez mais difícil. Recentemente foi registrado um caso em que um
267 menor foi abandonado em Santana, provavelmente a família reside na Guiana
268 Francesa, mas não houve comunicação oficial. Casos como esse têm se tornado mais
269 frequente. A embaixada em Porto Príncipe continua a conceder os vistos ao amparo
270 da RN 97 de acordo com a cota estabelecida. Há uma expectativa em torno da
271 definição da questão da eliminação do teto de vistos, pelas informações recebidas a
272 questão foi levada ao Ministro da Justiça e em breve deve haver um desdobramento, o
273 que pode aliviar a pressão sofrida pela embaixada devido ao número elevado de
274 haitianos que demandam o setor consular. Internamente no Itamaraty está sendo
275 avaliado como reforçar, em termos de equipamento e pessoal, a embaixada em Porto
276 Príncipe. Ao final da reunião foi consensuado que em curto prazo é necessário tomar
277 uma decisão sobre a eliminação do teto, a médio e longo prazo o Conselho precisa

278 estar apto a responder duas questões: o que fazer com a resolução que expira em 10
279 meses, se o caminho será a prorrogação ou preparar uma transição da situação atual
280 para a situação de normalidade; e a questão do controle migratório na fronteira
281 terrestre, houve consenso que o controle deveria ser intensificado. O Presidente Paulo
282 Sérgio informou que recebeu, após a reunião do GT, informações da Polícia Federal
283 sobre os dados que ela extraiu do sistema de controle de tráfego internacional de
284 pessoas. O saldo entre entradas e saídas, em geral, computados entre 2010 e 2013,
285 apontam 9.209 haitianos no Brasil, a partir de 2011 há um movimento crescente de
286 entrada de haitianos com pico em janeiro de 2012 quando 2.487 haitianos entraram.
287 Depois, houve uma queda, até que em maio foi alcançada uma certa estabilidade; em
288 junho e julho diminuiu novamente e então começa um movimento de entrada a partir
289 do mês de setembro de 2012 chegando a mais ou menos 400 haitianos por mês,
290 alcançando novo pico em dezembro de 2012. Atualmente, a curva é ascendente. O
291 sistema da Polícia Federal ainda registra um saldo de 8.780 que ingressou pela região
292 norte de modo irregular, pedindo refúgio no Brasil. A região sudeste registrou um saldo
293 de 1.309 haitianos. No mês de janeiro de 2013 houve 941 entradas, 780 por
294 Eptaciolândia e em segundo lugar o aeroporto de Guarulhos com 102 entradas. No
295 mês de fevereiro de 2013 foram 638 entradas, 432 por Eptaciolândia e 157 por
296 Guarulhos; 63 saídas em janeiro e 68 em fevereiro de 2013. A Polícia Federal
297 registrou que entre 1º de janeiro e 25 de fevereiro de 2013, um total de 934 pessoas
298 pediram refúgio, sendo 820 haitianos. Solicitantes de refúgio em Eptaciolândia, entre
299 janeiro e fevereiro, totalizam mil, enquanto que em Tabatinga o total é 360. Os dados
300 de emissão de carteiras de trabalho são: 7.992 carteiras emitidas. A preocupação é
301 que possa haver crise novamente se um fluxo muito grande ocorrer. Há uma tendência
302 de diminuição de empresas que tem se dirigido ao Acre para contratar pessoas para
303 outras regiões, o que é natural, pois resulta em custos para os empresários, criando
304 um acúmulo de haitianos, pois junto a isso as obras de infra-estrutura que absorviam
305 mais mão de obra estão em etapa de conclusão. No Amazonas, ao que tudo indica,
306 houve crescimento no número de haitianos. Apesar de próspera, a região tem pouca
307 oferta de empregos formais. Intervenções dos participantes. O Conselheiro Vitor Luiz
308 perguntou se o retorno é com a situação regularizada, o Presidente Paulo Sérgio
309 respondeu que o dado se refere a qualquer saída. O Sr. João Guilherme informou que
310 não há destino ou finalidade dessa viagem, que pode ser tanto deslocamento
311 permanente como provisório, de trânsito, contando entrada e saída. O Min. Rodrigo do
312 Amaral comentou que a questão do controle da fronteira está além da competência
313 direta do GT e perguntou se todos os casos continuam sendo tratados como refúgio
314 encaminhado pelo CONARE ou se havia algum limite temporal ou quantitativo, o
315 Presidente Paulo Sérgio respondeu dizendo que o assunto deve ser rediscutido para
316 avaliar se devem adotar um procedimento simplificado ou outro procedimento, por
317 enquanto o Conselho ainda está recebendo os casos do ano de 2012, que até então
318 os processos eram analisados em blocos por sua semelhança e a decisão era acolher
319 os pedidos, contudo essa não pode ser uma decisão *ad eternum*. O Sr. João
320 Guilherme perguntou sobre qual período se referia os últimos processos que foram
321 apreciados pelo CNIg. O Conselheiro Vitor Luiz perguntou se todos haviam passado
322 pelo CONARE previamente, o Presidente Paulo Sérgio informou que todos passam
323 pelo Departamento de Estrangeiros e é previamente combinado que o CONARE
324 referende para que o Departamento encaminhe direto para o CNIg. O Conselheiro
325 Vitor Luiz reforçou que é necessário rediscutir e reavaliar a questão, pois uma das

326 fundamentações da resolução seria inibir a entrada irregular, o que vem se mostrando
327 ineficiente. A Conselheira Lídia disse que a situação é preocupante pois estão
328 entrando legal e ilegalmente e não há como absorver essa mão de obra o que pode se
329 tornar um problema social. O Conselheiro Rinaldo ratificou as posições e colocações
330 do Conselheiro Vitor e do Min. Rodrigo. O Sr. João Guilherme comentou que o arranjo
331 se sustenta sobre um tripé: controle da fronteira, não criminalizando; encaminhamento
332 pactuado entre CNIg e CONARE; incentivo ao fluxo formal via Porto Príncipe. O
333 Presidente Paulo Sérgio comentou que o questionário seria um importante instrumento
334 para mapear o fluxo haitiano e que a política atual da República Dominicana
335 impulsiona os haitianos a virem para o Brasil e, mesmo que não traga impactos
336 imediatos, retirar o limitador é importante. O Min. Rodrigo do Amaral informou que
337 houve uma ideia de verificar se há, dentre as pessoas que ingressam no país
338 irregularmente, alguma que tenha pedido o visto em Porto Príncipe. O Conselheiro
339 Valdir Vicente opinou que tem que verificar se realmente é o caso de conceder o visto
340 por questão humanitária porque a realidade não é mais a mesma que da época do
341 terremoto. O Conselheiro Vitor Luiz frisou que é importante ter uma posição do
342 governo acerca do assunto. Deliberações. Reiteração da decisão sobre eliminação
343 das cotas, para que se tenha subsídio para futuras discussões; e coleta de
344 informações presentes nos questionários do Ministério da Justiça aplicados aos
345 haitianos que chegam pela fronteira terrestre. **6. Revisão da RN 82 –**
346 **Pesquisador/Cientista Estrangeiro** – A Conselheira Lídia Miranda procedeu com o
347 relato conforme resumo a seguir. Ela informou que conversou com o representante do
348 Ministério da Justiça pela manhã acerca do prazo de vigência do projeto científico de
349 que trata a proposta de Resolução, e que, independentemente da duração do mesmo,
350 o MCTI limitou por portarias a até um ano, exigindo relatórios anuais sobre cada fase
351 do projeto. Depois de explicada essa questão, o Ministério da Justiça não teria mais
352 considerações a fazer. Ficou pendente ainda a questão do termo “professor” que foi
353 retirada para que os pesquisadores não confundam, já que estão retirando visto para
354 pesquisador, mesmo que sejam em seus países de origem professores. Ainda assim,
355 podem dar pequenos cursos ou seminários já previstos em projeto. Intervenções dos
356 participantes. A própria Conselheira Lídia Miranda informa que o termo “professor” no
357 texto é prejudicial, pois a resolução não se trata de ingresso de professores, mas sim
358 de cientistas. O Conselheiro Jovenilson Souza lembrou que a Conselheira do CNI
359 queria manifestar sua posição, no entanto, ela não se fazia presente na parte da tarde.
360 O Conselheiro Rinaldo comentou que ela havia dito que ainda não era oportuno o
361 momento para avançar no sentido de aprovar, que seria necessário mais um encontro
362 do GT. A Conselheira Débora Prates disse que seria complicado aprovar alguma coisa
363 sem a presença dos dois que tiveram uma posição de resistência e que eles pediram
364 mais informações para fundamentar a posição deles, até mesmo para aprovar como
365 está. O Sr. Duval Magalhães disse que a preocupação da colega da CNI é que pode
366 gerar problemas, pois a maioria dos pesquisadores está vinculada a uma instituição de
367 ensino, a ideia é que poderia aproveitar a presença desse pesquisador qualificado até
368 mesmo para incluir disciplinas optativas no currículo, contando positivamente para o
369 curso; lembrou que foi proposto mais tempo para que as pessoas pudessem refletir,
370 trocar e-mails e retomar a discussão. A Conselheira Lídia Miranda esclareceu que o
371 pesquisador estrangeiro autorizado pelo MCTI não pode dar aulas, a não ser que
372 previstas no projeto. Deliberações. Haverá mais uma rodada de discussão para
373 revisão da Resolução Normativa 82. **7. Assuntos diversos: a) interpretação da**

374 **Resolução Normativa que trata da vinda de profissionais para preparação dos**
375 **grandes eventos** - O Sr. Aldo Candido informou que o CNlg foi procurado pelo
376 Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos 2016 porque no advento da
377 RN 98 esse Comitê ficou responsável por fazer todos os requerimentos de vinda de
378 estrangeiros com relação aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos (sem delegar a
379 terceiros), diferentemente do que aconteceu com a FIFA para a Copa do Mundo, na
380 qual constou na resolução a possibilidade de requerimento por “terceiro indicado pela
381 FIFA”. No entanto, verificou-se que essa situação é complicada para o Comitê
382 Organizador, que requereu que o mesmo procedimento adotado para a FIFA fosse
383 adotado para eles. O Presidente Paulo Sérgio complementou perguntando aos
384 Conselheiros se há a possibilidade de que a coordenação possa interpretar essa
385 resolução da mesma forma, tanto para o Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos,
386 quanto para o órgão local da FIFA, e que para tal é necessário o aval do Conselho.
387 Deliberações. A coordenação foi autorizada a proceder para com o Comitê da mesma
388 forma que procede para com o órgão local da FIFA. **8. Processos a serem relatados:**
389 1) Relator: Conselheiro Rinaldo Gonçalves de Almeida; Processo nº:
390 46094.040431/2012-50; Nome do Estrangeiro: FATIME HUSSEIN HAMMOUD; País:
391 LÍBANO; Chamante: FATIME HUSSEIN HAMMOUD; UF: SP; Tipo de Visto:
392 Permanente; Decisão: O plenário decidiu, por consenso, pelo DEFERIMENTO
393 CONDICIONADO do pedido, acompanhando o voto do relator; 2) Relator: Ministério
394 da Justiça; Processo nº: 46094.035110/2012-33; Nome do Estrangeiro: MYRIAM
395 MORALES SARTA; País: COLÔMBIA; Chamante: COMITÊ NACIONAL PARA OS
396 REFUGIADOS-CONARE; UF: DF; Tipo de Visto: Permanência definitiva; Decisão: O
397 processo não foi relatado; 3) Relator: Ministério da Justiça; Processo nº:
398 46094.028905/2012-95; Nome do Estrangeiro: SIDNEY WILLIAM DICKASON; País:
399 REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL; Chamante: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO;
400 UF:SP; Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O processo não foi relatado; 4) Relator:
401 Ministério da Justiça; Processo nº: 46094.028906/2012-30; Nome do Estrangeiro:
402 MBANZULU BANSIMBA AIME; País: REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO;
403 Chamante: COMITÊ NACIONAL PARA OS REFUGIADOS-CONARE; UF: DF; Tipo de
404 Visto: Permanente; Decisão: O processo não foi relatado; 5) Relator: Ministério da
405 Justiça; Processo nº: 46094.034630/2012-29; Nome do Estrangeiro: LAURETTE
406 ABELEY; País: CONGO; Chamante: COMITÊ NACIONAL PARA OS REFUGIADOS-
407 CONARE; UF: DF; Tipo de Visto: Permanência definitiva; Decisão: O processo não foi
408 relatado; 6) Relator: Ministério da Justiça; Processo nº: 46094.005650/2012-92; Nome
409 do Estrangeiro: JULIO DE LA VEGA ALVAREZ; País: ESPANHA; Chamante: BRUNO
410 DE CASTRO MENEZES COSTA; UF: SP; Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O
411 processo não foi relatado; 7) Relator: Conselheiro Bernardo Paranhos Velloso;
412 Processo nº: 46094.035845/2012-67; Nome do Estrangeiro: NUNO FILIPE CARNAZ
413 CADIMA; País: PORTUGAL; Chamante: MELISSA BOTTAN CAETANO; UF: SP; Tipo
414 de Visto: Permanente; Decisão: O plenário decidiu, por consenso, pelo
415 DEFERIMENTO do pedido, acompanhando o voto do relator; 8) Relator: Conselheiro
416 Bernardo Paranhos Velloso; Processo nº: 08504.019409/2011-00; Nome do
417 Estrangeiro: VINCENZO STEFANO GRECO; País: ITÁLIA; Chamante: MAGALI
418 APARECIDA CARPINETE DE OLIVEIRA; UF: SP; Tipo de Visto: Permanência
419 definitiva; Decisão: O processo foi retirado de pauta; 9) Relator: Conselheiro Osório
420 Vilela Filho; Processo nº: 46094.044852/2012-50; Nome do Estrangeiro: OMAR
421 RENZO LANGUASCO CALDERON; País: PERU; Chamante: JWAP PROMOÇÕES E

422 EVENTOS LTDA.; UF: SP; Tipo de Visto: Temporário; Decisão: O plenário decidiu, por
423 consenso, pelo DEFERIMENTO do pedido, acompanhando o voto do relator; 10)
424 Relatora: Conselheira Lídia Miranda de Lima; Processo nº: 46094.045265/2012-88;
425 Nome do Estrangeiro: ALESSIO DI GIOVANNI; País: ITÁLIA; Chamante: CRISTINA
426 SUEMI KAWASHITA SUMPICH; UF: DF; Tipo de Visto: Permanência definitiva;
427 Decisão: O plenário decidiu, por consenso, pelo DEFERIMENTO do pedido,
428 acompanhando o voto da relatora; 11) Relatora: Conselheira Haila Moreira Farinha
429 Braga; Processo nº: 08457.013403/2011-23; Nome do Estrangeiro: RHIANNON
430 SARAH BALL; País: GRÃ BRETANHA; Chamante: DIEGO DA SILVA SANTOS; UF:
431 RJ; Tipo de Visto: Permanência definitiva; Decisão: O plenário decidiu, por consenso,
432 pelo DEFERIMENTO do pedido, acompanhando o voto da relatora; 12) Relator:
433 Conselheiro Odilon dos Santos Braga; Processo nº: 46094.002893/2013-50; Nome do
434 Estrangeiro: EUNGIE JOO; País: EUA; Chamante: INSTITUTO INHOTIM; UF: MG;
435 Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O plenário decidiu, por consenso, pelo
436 DEFERIMENTO do pedido, acompanhando o voto do relator; 13) Relator: Conselheiro
437 Vítor Luiz Silva Carvalho; Processo nº: 46094.040337/2012-09; Nome do Estrangeiro:
438 LUIS FILIPE MENDES DA COSTA; País: PORTUGAL; Chamante: LUIS FILIPE
439 MENDES DA COSTA; UF: RJ; Tipo de Visto: Permanência definitiva; Decisão: O
440 processo foi retirado de pauta; 14) Relator: Conselheiro Elias Ferreira; Processo nº:
441 08390.005352/2011-88; Nome do Estrangeiro: LUIS GONZALEZ VILLAMAYOR; País:
442 ESPANHA; Chamante: CARLOS ROBERTO TINO CESCO; UF: PR; Tipo de Visto:
443 Permanência definitiva; Decisão: O plenário decidiu, por consenso, pelo
444 DEFERIMENTO do pedido, acompanhando o voto do relator; 15) Relator: Conselheiro
445 Valdir Vicente de Barros; Processo nº: 08460.025591/2010-01; Nome do Estrangeiro:
446 DETLEF GEORG KALKHOFF; País: ALEMANHA; Chamante: IVONE PEREIRA DE
447 OLIVEIRA; UF: RJ; Tipo de Visto: Permanência definitiva; Decisão: O plenário decidiu,
448 por consenso, pelo DEFERIMENTO do pedido, acompanhando o voto do relator; 16)
449 Relator: Central Geral dos Trabalhadores do Brasil; Processo nº: 46094.036312/2012-
450 01; Nome do Estrangeiro: MARIA CRISTINA MOREIRA NUNES DE CARVALHO;
451 País: PORTUGAL; Chamante: MANUEL FERREIRA TRINDADE; UF: SP; Tipo de
452 Visto: Permanente; Decisão: O processo não foi relatado; 17) Relator: Central Geral
453 dos Trabalhadores do Brasil; Processo nº: 46094.039540/2012-24; Nome do
454 Estrangeiro: ANA PAULA DOS SANTOS SENTIEIRO; País: PORTUGAL; Chamante:
455 ANA PAULA DOS SANTOS SENTIEIRO; UF: CE; Tipo de Visto: Permanente;
456 Decisão: O processo não foi relatado; 18) Relator: Central Geral dos Trabalhadores do
457 Brasil; Processo nº: 46094.035433/2012-27; Nome do Estrangeiro: VALERIE ANETTE
458 WIGARDT; País: SUÉCIA; Chamante: DAVID RABELLO FILHO; UF: RJ; Tipo de
459 Visto: Permanente; Decisão: O processo não foi relatado; 19) Relator: Central Geral
460 dos Trabalhadores do Brasil; Processo nº: 46094.035551/2012-35; Nome do
461 Estrangeiro: MARIA MAGDALENA SMITH; País: REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL;
462 Chamante: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO; UF: SP; Tipo de Visto: Permanência
463 definitiva; Decisão: O processo não foi relatado; 20) Relator: Central Geral dos
464 Trabalhadores do Brasil; Processo nº: 46094.047094/2012-21; Nome do Estrangeiro:
465 YUN KI JUNG; País: CORÉIA; Chamante: YUN KI JUNG; UF: SP; Tipo de Visto:
466 Permanente; Decisão: O processo não foi relatado; 21) Relatora: Conselheira Regiane
467 Ataíde Costa; Processo nº: 46215.012941/2012-13; Nome do Estrangeiro: TIMOTHY
468 KEVIN RIDGELY; País: EUA; Chamante: MARCOS QUELHAS MOREIRA CHAVES;
469 UF: RJ; Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O processo foi retirado de pauta; 22)

470 Relatora: Conselheira Regiane Ataíde Costa; Processo nº: 46094.026921/2012-43;
471 Nome do Estrangeiro: JOAQUIM POSSIDÔNIO VIEIRA DUARTE; País: PORTUGAL;
472 Chamante: ULTRABLAST LASSARAT SERVIÇOS E PROJETOS LTDA.; UF: RJ; Tipo
473 de Visto: Temporário; Decisão: O processo foi retirado de pauta; 23) Relatora:
474 Conselheira Regiane Ataíde Costa; Processo nº: 46094.010661/2012-94; Nome do
475 Estrangeiro: ERIC ROLAND SAMBA BAZOLO MOULOMBA; País: CONGO;
476 Chamante: COMITÊ NACIONAL PARA OS REFUGIADOS-CONARE; UF: DF; Tipo de
477 Visto: Permanência definitiva; Decisão: O plenário decidiu, por consenso, pelo
478 DEFERIMENTO CONDICIONADO do pedido, acompanhando o voto da relatora; 24)
479 Relatora: Conselheira Regiane Ataíde Costa; Processo nº: 46094.031929/2012-21;
480 Nome do Estrangeiro: RONNY BLUM; País: SUÍÇA; Chamante: TINTURARIA E
481 ESTAMPARIA DE TECIDOS ARTEC LTDA.; UF: SP; Tipo de Visto: Temporário;
482 Decisão: O processo foi retirado de pauta; 25) Relatora: Conselheira Regiane Ataíde
483 Costa; Processo nº: 46094.025467/2012-11; Nome do Estrangeiro: GIOVANNI
484 PITTARO; País: ITÁLIA; Chamante: RENZO DE MORAIS PRETTI; UF: DF; Tipo de
485 Visto: Permanente; Decisão: O plenário decidiu, por consenso, pelo DEFERIMENTO
486 do pedido, acompanhando o voto da relatora; 26) Relatora: Conselheira Regiane
487 Ataíde Costa; Processo nº: 08460.027730/2011-11; Nome do Estrangeiro: ROBERT
488 IAN WILTSHIRE; País: INGLATERRA; Chamante: CRISTIANO CALDAS LOPES; UF:
489 RJ; Tipo de Visto: Permanência definitiva; Decisão: O plenário decidiu, por consenso,
490 pelo DEFERIMENTO CONDICIONADO do pedido, acompanhando o voto da relatora;
491 27) Relatora: Conselheira Regiane Ataíde Costa; Processo nº: 46094.035067/2012-14;
492 Nome do Estrangeiro: CARLOS ALBERTO DE ANDRADE LEITÃO; País: ANGOLA;
493 Chamante: COMITÊ NACIONAL PARA OS REFUGIADOS-CONARE; UF: DF; Tipo de
494 Visto: Permanência definitiva; Decisão: O processo foi sobrestado para cumprimento
495 de EXIGÊNCIAS; 28) Relatora: Conselheira Regiane Ataíde Costa; Processo nº:
496 46094.032419/2012-71; Nome do Estrangeiro: ALLAN ALEXANDER LAUGHLIN
497 CARVALHO; País: VENEZUELA; Chamante: ROGER ALLAN ANTHONY LAUGHLIN
498 GUEVARA; UF: SP; Tipo de Visto: Permanência definitiva; Decisão: O plenário
499 decidiu, por consenso, pelo DEFERIMENTO do pedido, acompanhando o voto da
500 relatora; 29) Relatora: Conselheira Marjolaine Bernadete Julliard Tavares do Canto;
501 Processo nº: 46094.041855/2012-31; Nome do Estrangeiro: FRANCISCO DIOGO
502 RAMOS DA COSTA AMARO; País: PORTUGAL; Chamante: FRANCISCO DIOGO
503 RAMOS DA COSTA AMARO; UF: CE; Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O plenário
504 decidiu, por consenso, pelo DEFERIMENTO CONDICIONADO do pedido,
505 acompanhando o voto da relatora; 30) Relatora: Conselheira Dayana Pâmela Martins
506 Peixoto; Processo nº: 46094.042177/2012-24; Nome do Estrangeiro: SARA EMILIE
507 GALLOIS DIAS; País: PORTUGAL; Chamante: HIGOR FABRÍCIO DE OLIVEIRA; UF:
508 SP; Tipo de Visto: Permanência definitiva; Decisão: O processo não foi relatado; 31)
509 Relatora: Conselheira Adriana Giuntini; Processo nº: 46094.045318/2012-61; Nome do
510 Estrangeiro: CLAUDE ANDRÉ LUCIEN LATIL; País: FRANÇA; Chamante: MARIA
511 CLUTILDE DE JESUS PINTO DE ABREU; UF: RJ; Tipo de Visto: Permanência
512 definitiva; Decisão: O processo foi retirado de pauta; 32) Relatora: Conselheira Adriana
513 Giuntini; Processo nº: 46094.026129/2012-99; Nome do Estrangeiro: JASON
514 EDWARD PIRTLE; País: EUA; Chamante: MARIA LAURA GALAINENA; UF: SP; Tipo
515 de Visto: Permanente; Decisão: O plenário decidiu, por consenso, pelo
516 DEFERIMENTO do pedido, acompanhando o voto da relatora; 33) Relatora:
517 Conselheira Marilena Moraes Barbosa Funari; Processo nº: 46094.031222/2012-15;

518 Nome do Estrangeiro: GLÓRIA LEONILA MUNOZ ROJAS RANIERE; País: ITÁLIA;
519 Chamante: GLÓRIA LEONILA MUNOZ ROJAS RANIERE; UF: MG; Tipo de Visto:
520 Permanente; Decisão: O plenário decidiu, por consenso, pelo DEFERIMENTO do
521 pedido, acompanhando o voto da relatora; 34) Relatora: Conselheira Marilena Moraes
522 Barbosa Funari; Processo nº: 46094.002496/2013-88; Nome do Estrangeiro: KIRSTIN
523 HEIN; País: ALEMANHA; Chamante: DONG HO JEONG; UF: SP; Tipo de Visto:
524 Temporário; Decisão: O plenário decidiu, por consenso, pelo DEFERIMENTO do
525 pedido, acompanhando o voto da relatora; 35) Relatora: Conselheira Marilena Moraes
526 Barbosa Funari; Processo nº: 46215.030087/2012-77; Nome do Estrangeiro:
527 FRANCISCO JOÃO DE ALMEIDA AGOSTINHO; País: ANGOLA; Chamante: RAUL
528 FRANCISCO DE ALMEIDA JACINTO; UF: RJ; Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O
529 plenário decidiu, por consenso, pelo DEFERIMENTO do pedido, acompanhando o
530 voto da relatora; 36) Relatora: Conselheira Marilena Moraes Barbosa Funari; Processo
531 nº: 46094.037164/2012-33; Nome do Estrangeiro: JESSE SAMUEL WHEELER; País:
532 EUA; Chamante: JESSE SAMUEL WHEELER; UF: DF; Tipo de Visto: Permanência
533 definitiva; Decisão: O plenário decidiu, por consenso, pelo INDEFERIMENTO do
534 pedido, acompanhando o voto da relatora; 37) Relatora: Conselheira Marilena Moraes
535 Barbosa Funari; Processo nº: 08702.003695/2011-47; Nome do Estrangeiro: CESAR
536 ADDIS VALVERDE SALVADOR; País: PERU; Chamante: ELIEZER BATISTA
537 RAMIRO; UF: MG; Tipo de Visto: Permanência definitiva; Decisão: O plenário decidiu,
538 por consenso, pelo DEFERIMENTO do pedido, acompanhando o voto da relatora; Os
539 seguintes processos foram indeferidos *ad referendum* e tiveram seu indeferimento
540 referendado pelo plenário: 1) 46301.001978/2012-47; 2) 46094.023651/2012-19; Os
541 seguintes processos foram deferidos *ad referendum* e tiveram seu deferimento
542 referendado pelo plenário: 3) 46880.000193/2012-83; 4) 46880.000147/2012-84; 5)
543 46094.001851/2013-00; 6) 46094.048996/2012-85; 7) 46094.047912/2012-96; 8)
544 46094.044542/2012-35; 9) 46094.014473/2012-35; 10) 46094.002120/2013-73; 11)
545 47758.000107/2012-19; 12) 46094.048160/2012-81; 13) 46094.003509/2013-36; 14)
546 46094.045483/2012-12; 15) 08460.004316/2011-26. **9. Encerramento** – Nada mais
547 havendo a tratar, o Presidente Paulo Sérgio declarou encerrada a reunião.